

REVISTA ELECTRÓNICA TRIMESTRAL
VOL. 10. NÚM. 2 (2026)

ISSN: 2594-0937

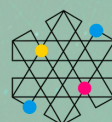
DEBATES SOBRE INNOVACIÓN

MEMORIAS ACADEMIA - DOCTORADO Y
SEMINARIO LALICS (RIO DE JANEIRO, 2025)
(VOLUMEN 2)



Casa abierta al tiempo

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA
Unidad Xochimilco



DMEGI

DEBATES SOBRE INNOVACIÓN. Volumen 10, Número 2, abril-junio 2026, es una publicación trimestral de la Universidad Autónoma Metropolitana a través de la Unidad Xochimilco, División de Ciencias Sociales y Humanidades, Departamento de Producción Económica. Prolongación Canal de Miramontes 3855, Col. Ex-Hacienda San Juan de Dios, Alcaldía Tlalpan, C.P.14387, Ciudad de México y Calzada del Hueso 1100, Col.Villa Quietud, Alcaldía Coyoacán, C.P.04960, Ciudad de México. Teléfono 55 54837200, ext.7279. Página electrónica de la revista <https://revistadebates.xoc.uam.mx/index.php/debinnovacion/issue/view/17> y dirección electrónica: noticiaslatics@gmail.com Editor responsable: Dra. Gabriela Dutrénit Bielous. Certificado de Reserva de Derechos al Uso Exclusivo de Título **No. 04-2022-101113015800-102. ISSN 2594-0937**, ambos otorgados por el Instituto Nacional del Derecho de Autor. Responsable de la última actualización de este número: Dra. Maribel García Barrientos y Dr. Guillermo Andrés Alpízar, Departamento de Producción Económica, División de Ciencias Sociales y Humanidades, Unidad Xochimilco. Calzada del Hueso 1100, Col.Villa Quietud, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04960, Ciudad de México. Fecha de última modificación: 17 de agosto de 2026. Tamaño del archivo: 3.5 MB Las opiniones expresadas por los autores no necesariamente reflejan la postura del editor de la publicación. Queda estrictamente prohibida la reproducción total o parcial de los contenidos e imágenes de la publicación sin previa autorización de la Universidad Autónoma Metropolitana.

Índice

<i>Innovación para el desarrollo en América Latina: sostenibilidad ambiental, económica y social en democracia.</i>	<i>2</i>
<i>Nuevos Enfoques de Política de CTI en América Latina y el Caribe.....</i>	<i>3</i>
<i>Heterogeneidad estructural y política de CTI en América Latina</i>	<i>6</i>
<i>Impacto do comércio eletrônico no nível de emprego do mercado de varejo no brasil</i>	<i>19</i>
<i>Tecnologias de Informação e Comunicação em saúde: uma análise a partir da maturidade digital.....</i>	<i>29</i>
<i>Regimes Sociotécnicos, Transição Energética Justa e Cenários de Transição em Santa Catarina.....</i>	<i>39</i>
<i>Assimetrias Digitais na América Latina e Desafios para a Transformação Digital</i>	<i>53</i>
<i>Sobre innovación brasileña: monedas digitales en el mundo y el desarrollo de DREX.....</i>	<i>63</i>
<i>Inovação e desenvolvimento: uma nova agenda para América Latina no cenário Global .</i>	<i>71</i>

Assimetrias Digitais na América Latina e Desafios para a Transformação Digital

Fernando Horta

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCTi);

Consultor PNUD/ONU para transformações digitais, Brasil.

E-mail: moonbladers@gmail.com

María José Haro Sly

Universidade Johns Hopkins, Departamento de Sociologia.

E-mail: mharosl1@jhu.edu

Resumo

Este artigo examina os desequilíbrios informacionais na América Latina, analisando como as estruturas de poder geopolítico se manifestam no ambiente digital e contribuem para incrementar a brecha tecnológica entre economias avançadas e emergentes. Partindo de uma análise histórica das tentativas de desenvolvimento tecnológico autônomo em países como Brasil e Argentina, o texto explora como as dinâmicas competitivas internacionais, a implementação de políticas neoliberais e a falta de uma visão estratégica dos governos progressistas influenciaram o desenvolvimento de ecossistemas digitais na região. São apresentados dados sobre inclusão digital, infraestrutura tecnológica e fluxos de dados para demonstrar como os desequilíbrios tecnológicos se manifestam na era digital, criando desafios estruturais que refletem padrões históricos. O artigo propõe, por fim, estratégias para a autonomia digital e a construção de alternativas que promovam maior equilíbrio e capacidade tecnológica local para os países latino-americanos.

Palavras-chave: Assimetrias Digitais, América Latina, Geopolítica, Soberania Digital, Ciência e Tecnologia

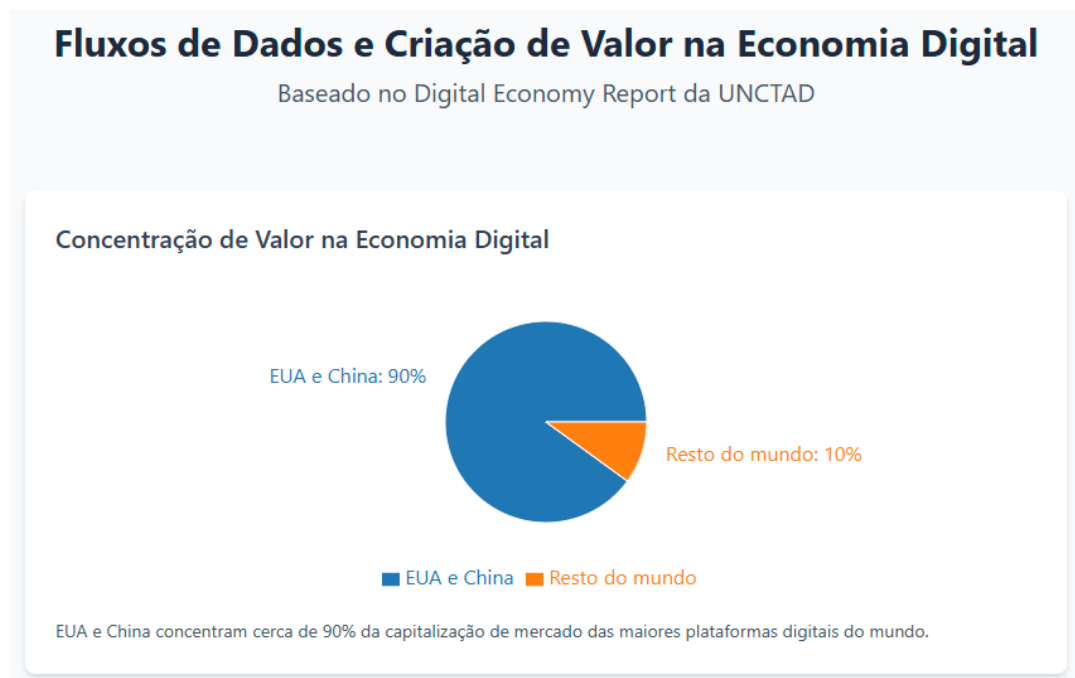
1. Introdução

As relações de poder global passam por transformações que se adaptam às novas configurações econômicas e tecnológicas. Na era digital, as formas de influência não dependem necessariamente da ocupação física de territórios, mas da prevalência sobre fluxos de dados, infraestruturas digitais e sistemas algorítmicos que governam cada vez mais aspectos da vida cotidiana. Este fenômeno, que caracterizamos como “assimetria digital”, representa uma nova fase das relações de poder global, marcada pela captação massiva de dados pessoais e comportamentais, sua análise e utilização para fins comerciais, estabelecendo novas dinâmicas de distribuição desigual de benefícios.

Na América Latina, região historicamente marcada por desequilíbrios econômicos e tecnológicos, o fenômeno assume contornos particularmente relevantes. Os países da região, apesar de seus esforços históricos para desenvolver autonomia tecnológica, encontram-se hoje inseridos em uma dinâmica de interdependência digital que reflete e, em alguns casos, intensifica as assimetrias geopolíticas tradicionais.

Este artigo analisa os desequilíbrios informacionais na América Latina em perspectiva histórica e geopolítica. Duas perguntas orientam o trabalho: por que as tentativas de desenvolvimento tecnológico autônomo na região não prosperaram? E de que modo a configuração atual da infraestrutura digital, da propriedade das plataformas e dos fluxos de dados reproduz velhas assimetrias? Depois desta introdução, o texto traz a revisão da literatura e a metodologia. A análise de resultados reconstrói a trajetória dos casos brasileiro e argentino, examina as dimensões contemporâneas das assimetrias e discute as respostas em curso. As reflexões finais retomam o argumento geral.

Figura 1. A brecha digital na América Latina e no Caribe



Fonte: elaboração própria com base em CEPAL (2020).

2. Revisão da literatura

O conceito de desequilíbrios informacionais dialoga com a noção de colonialismo de dados de Couldry e Mejias (2019). Para os autores, as grandes corporações tecnológicas, quase todas sediadas em economias avançadas, apropriam-se dos dados gerados nas economias emergentes como matéria-prima para a criação de valor no capitalismo digital. Assim como as relações econômicas tradicionais envolviam fluxos assimétricos de recursos naturais, aqui o que flui são dados pessoais e comportamentais, processados e monetizados em benefício dos centros de inovação. Zuboff (2019) vai na mesma direção ao descrever o capitalismo de vigilância como um regime de acumulação baseado na extração comportamental; Silveira (2020) discute a subordinação algorítmica na realidade brasileira.

O problema, contudo, é mais antigo que a internet. Prebisch e Cañas (1949) já apontavam a difusão desigual do progresso técnico entre setores e nações como fator central na reprodução das desigualdades globais. Arrighi (1990) observa que as economias avançadas se beneficiam das inovações e ainda estão mais bem posicionadas para capitalizar suas recompensas, enquanto as regiões em desenvolvimento sofrem os impactos das mudanças

tecnológicas sem colher ganhos equivalentes. Vernengo (2006) argumenta que as economias emergentes enfrentam obstáculos estruturais para criar processos autônomos de inovação, porque o conhecimento tecnológico e a propriedade intelectual permanecem concentrados nas economias centrais. Filomeno (2012) mostra que estados econômica e politicamente robustos conseguem incentivar a inovação e capturar seus frutos, de modo que os desequilíbrios tendem a se autorreforçar.

No campo das respostas de política, Sábado e Botana (1970) propuseram o “triângulo da inovação”, apostando na sinergia entre universidades, indústrias e governos para o desenvolvimento tecnológico autônomo. Mazzucato (2012) recupera o papel do “Estado empreendedor”, que investe em projetos de alto risco orientados por missões. Fu, Pietrobelli e Soete (2011) sustentam que, sem capacidades locais de inovação, os países em desenvolvimento permanecerão em desvantagem tecnológica mesmo recebendo transferências de tecnologia das corporações transnacionais. O’Reilly e Verdin (2024), cuja análise da bifurcação dos mercados de trabalho digitais retomamos adiante, completam o quadro teórico.

3. Metodologia

O artigo adota abordagem qualitativa, combinando análise histórico-documental e dados secundários. A reconstrução da trajetória de desenvolvimento tecnológico cobre o período de 1960 a 2020 e se concentra em Brasil e Argentina, os dois países que foram mais longos nos esforços de autonomia informática na região, com base em documentos oficiais, relatórios governamentais e literatura especializada. Para as dimensões contemporâneas das assimetrias digitais, recorreremos a estatísticas e relatórios da CEPAL (2020; 2023), da UNCTAD (2019; 2021; 2024) e da pesquisa TIC Domicílios (Cetic.br). As figuras ao longo do texto sistematizam esses dados.

4. Análise de resultados

4.1 Trajetória histórica: das tentativas de autonomia aos desequilíbrios digitais

Os primeiros esforços significativos de desenvolvimento tecnológico autônomo na região remontam às décadas de 1960 e 1970, sob o modelo de industrialização por substituição de importações. No Brasil, o regime militar promoveu investimentos em setores de “interesse nacional” — a criação da EMBRAER (1969) é um marco — e, na informática, empresas como a ITAUTEC (1979) desenvolveram soluções nacionais para o sistema bancário. Na Argentina, a Comissão Nacional de Energia Atômica realizou pesquisas pioneiras em microeletrônica. Em 1971, com apoio da UNESCO, foi fundado o Intergovernmental Bureau of Informatics (IBI), liderado pelo argentino Fermín Bernasconi, que impulsionou programas de cooperação regional como o Programa Argentino-Brasileiro de Informática (PABI) e a Escola Latino-Americana de Informática (ESLAI), formadora de profissionais do Brasil, da Argentina, da Bolívia, de Cuba e do Peru.

Esses avanços suscitaram preocupações nos Estados Unidos. Um relatório de 1987 do Escritório de Comércio da Casa Branca dedicou 21 páginas ao Brasil, estimando perdas anuais de US\$ 340 a 450 milhões para empresas norte-americanas em vendas de hardware e software devido às capacidades domésticas brasileiras. Em abril de 1987, o governo Reagan impôs tarifas sobre produtos brasileiros, incluindo aço e suco de laranja, atingindo a

competitividade tecnológica do país. O episódio ilustra como o desenvolvimento tecnológico na periferia mobiliza interesses econômicos e estratégicos globais.

A virada neoliberal dos anos 1990 marcou um ponto de inflexão. A liberalização tarifária no Brasil e políticas similares na Argentina desmontaram boa parte das capacidades cultivadas nas décadas anteriores, e ambos os países passaram a acumular déficits tecnológicos crescentes no comércio de equipamentos e serviços digitais. Nos anos 2000, governos progressistas tentaram recuperar terreno: o governo Lula determinou o uso de software livre no setor público e criou, em 2008, a CEITEC, única fabricante de semicondutores da América Latina, enquanto a Argentina aprovou a Lei de Promoção de Software, com incentivos fiscais a pesquisa, desenvolvimento e exportações (sobre a corrida tecnológica recente no Sul Global, ver Haro Sly, 2024). A instabilidade política comprometeu a continuidade. Depois de 2016, o governo Temer reverteu a política de software livre em favor de soluções proprietárias, e a liquidação da CEITEC, decidida em 2020, simbolizou o desmonte do projeto de autonomia em microeletrônica.

4.2 Acesso e inclusão digital

A transformação digital latino-americana carrega brechas de acesso que reproduzem disparidades sociais antigas. Segundo a CEPAL, cerca de 32% da população da América Latina e do Caribe não tem acesso à internet: são aproximadamente 244 milhões de pessoas desconectadas (Figura 2). No Brasil, conforme a pesquisa TIC Domicílios, 36 milhões de pessoas estão fora da rede, e a exclusão é mais pronunciada entre idosos, pessoas negras, indivíduos de baixa escolaridade e as classes D e E. Soma-se a isso a “subconectividade”: 41,8 milhões de brasileiros acessam a internet em apenas cerca de 19 dias por mês, quase sempre pelo celular e com planos de dados limitados, o que restringe usos mais exigentes, como estudo e trabalho, e mantém esses usuários em desvantagem na economia digital.

Figura 2. Acesso à internet na América Latina e no Caribe

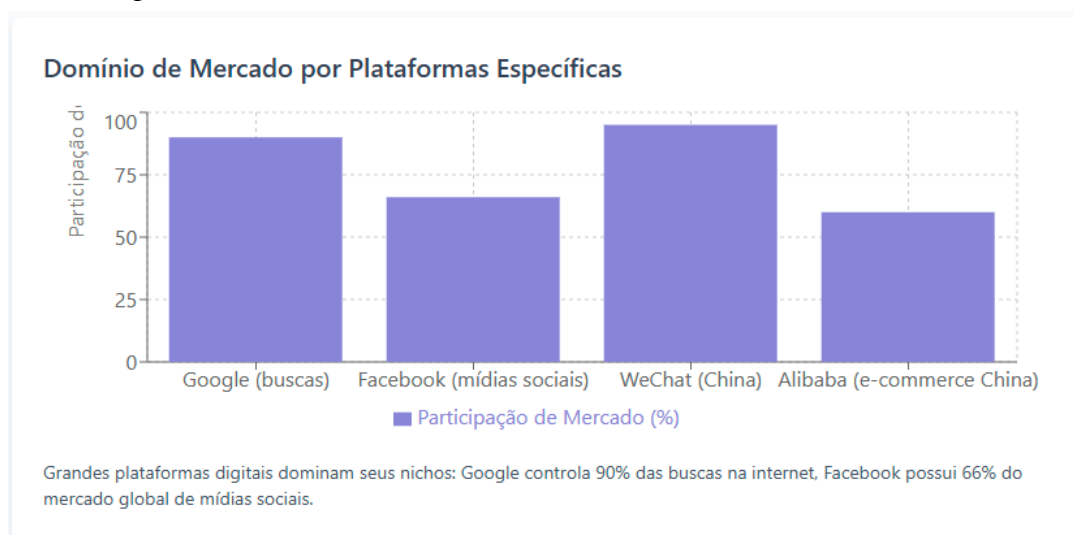


Fonte: elaboração própria com base em CEPAL (2020).

4.3 Concentração da propriedade da infraestrutura digital

Grande parte da infraestrutura crítica de conectividade e processamento de dados da região — cabos submarinos, data centers e redes de fibra óptica — pertence a empresas transnacionais sediadas em economias avançadas. Os cabos submarinos transportam mais de 95% do tráfego internacional de dados e, historicamente, a maioria das conexões latino-americanas passava primeiro pelos Estados Unidos, criando dependência estrutural e possibilitando o monitoramento dos fluxos regionais. No Brasil, dos 15 cabos submarinos que conectam o país ao mundo, a maioria é propriedade ou operada por empresas como Google, Microsoft e Meta; apenas em 2021 foi inaugurado o EllaLink, ligando diretamente o Brasil à Europa. O padrão se repete nos data centers, dominados por Amazon Web Services, Google Cloud, Microsoft Azure e IBM (Figura 3), empresas que definem custos, regras e condições sob as quais os dados latino-americanos são armazenados e processados.

Figura 3. Propriedade de data centers na América Latina



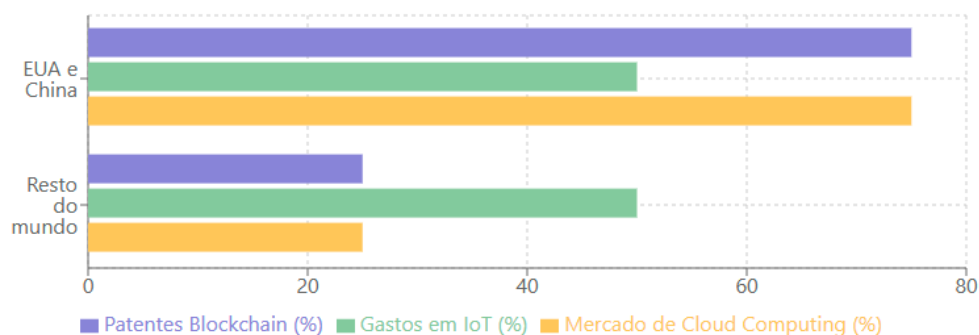
Fonte: elaboração própria com base em UNCTAD (2021).

4.4 Fluxos de dados e criação de valor

O núcleo dos desequilíbrios informacionais está na captação sistemática de dados pessoais e comportamentais das populações de economias emergentes em benefício de corporações transnacionais. As plataformas dominantes funcionam como infraestruturas quase obrigatórias da vida social e econômica contemporânea: ao utilizá-las, os usuários latino-americanos geram continuamente dados que são capturados, analisados e monetizados, e cujo valor raramente retorna às comunidades que os produziram (Figura 4). A escassez de alternativas agrava a assimetria de poder, e as legislações de proteção de dados têm alcance limitado: mesmo com a LGPD, o controle efetivo dos brasileiros sobre seus próprios dados segue sendo um desafio. Sistemas de monitoramento comercial e governamental, do reconhecimento facial à geolocalização persistente, costumam ser implementados sem debate público adequado, em contextos de baixa alfabetização digital.

Figura 4. Fluxos de valor na economia de dados

Domínio em Tecnologias Emergentes



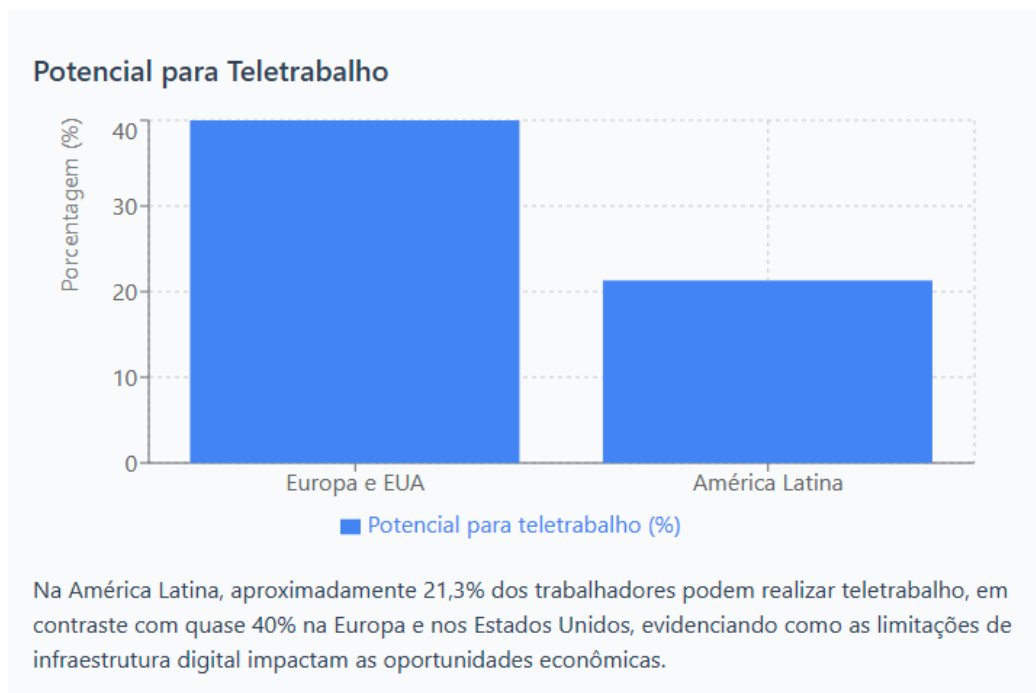
EUA e China lideram em tecnologias emergentes, respondendo por 75% das patentes relacionadas à blockchain, 50% dos gastos em Internet das Coisas (IoT) e mais de 75% do mercado de computação em nuvem.

Fonte: elaboração própria com base em UNCTAD (2021).

4.5 Conhecimento digital, trabalho e economias locais

As assimetrias aparecem também na produção de conhecimento. Modelos e algoritmos treinados sobretudo com dados de populações de economias avançadas reproduzem e amplificam vieses raciais, de gênero e socioeconômicos quando aplicados a contextos latino-americanos; os países da região acabam adaptando suas instituições às lógicas embutidas em sistemas importados, em vez de desenvolver tecnologias que respondam a suas próprias necessidades. No mundo do trabalho, o resultado é uma “bifurcação”: nas economias avançadas, a digitalização desloca tarefas intermediárias e cria empregos altamente qualificados em inteligência artificial e ciência de dados, enquanto na América Latina se concentram atividades de menor valor agregado, como atendimento, entrada de dados e montagem, justamente as de maior potencial de automação (O’Reilly & Verdin, 2024; Figura 5). Enquanto isso, as plataformas globais capturam parcelas significativas dos mercados locais sem contribuir na mesma proporção em impostos ou empregos de qualidade, e mantêm conhecimento, desenvolvimento tecnológico e lucros concentrados em suas sedes.

Figura 5. Impacto da digitalização no mercado de trabalho: economias avançadas e América Latina



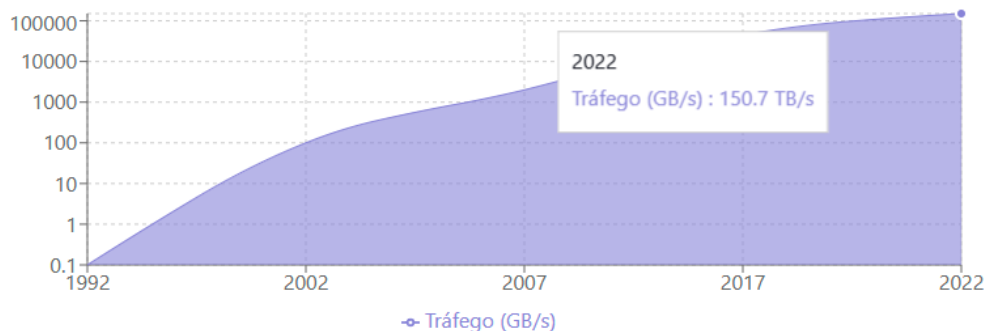
Fonte: elaboração própria com base em CEPAL (2020).

4.6 Estratégias e oportunidades para o equilíbrio digital

As respostas a esse quadro vêm de vários lados. No plano regulatório, o Brasil aprovou a LGPD em 2018, e Argentina, Chile e México adotaram legislações inspiradas no GDPR europeu. São avanços reais, mas sua efetividade depende de autoridades bem estruturadas, de fiscalização e de uma cultura institucional de privacidade que ainda está em formação; alguns países discutem, além disso, a localização de dados sensíveis em território nacional. Na infraestrutura, a V.tal opera hoje mais de 22 milhões de casas conectadas por fibra e 26.000 km de cabos submarinos ligando seis países, e o EllaLink abriu uma rota direta entre Brasil e Europa (Figura 6). O software livre segue sendo alternativa relevante: o programa argentino Conectar Igualdad difundiu o Huayra Linux, sistema operacional desenvolvido no país, e comunidades de desenvolvedores mantêm projetos adaptados às realidades locais, com menor custo de licenciamento e maior controle sobre a tecnologia. A sociedade civil também se mobilizou: a Fundación Vía Libre na Argentina, o Instituto Igarapé e a Coalizão Direitos na Rede no Brasil (esta reunindo mais de 50 organizações) e o movimento Cibercirujas atuam em temas que vão dos direitos digitais à recuperação de equipamentos descartados.

Figura 6. Marcos da infraestrutura digital própria na América Latina

Evolução do Tráfego Global de Internet

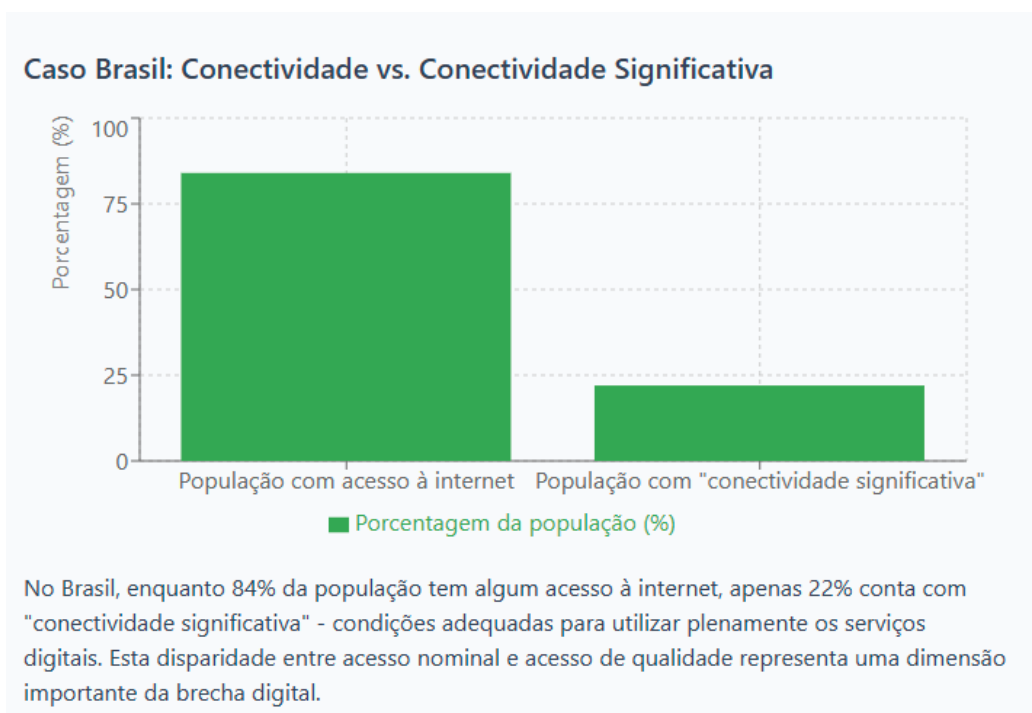


O tráfego global de internet aumentou de 100 GB por dia em 1992 para 45.000 GB por segundo em 2017, com projeção de alcançar 150.700 GB por segundo em 2022.

Fonte: elaboração própria com base em UNCTAD (2021).

Nada disso se sustenta, porém, sem investimento. Enquanto Israel destina cerca de 5,5% do PIB a pesquisa e desenvolvimento, o Brasil investe 1,4% e a Argentina, menos de 0,6%, segundo dados da UNESCO. Reverter essa disparidade exige formar gente qualificada, da alfabetização digital crítica à pós-graduação em áreas estratégicas, e recuperar uma política industrial que use o poder de compra do Estado e proteja indústrias nascentes; a regulação das plataformas, por sua vez, precisa equilibrar a proteção de direitos com o estímulo à inovação local. A inclusão digital tem de ser substantiva. No Brasil, 84% da população tem algum acesso à internet, mas apenas 22% conta com “conectividade significativa” (Figura 7): o problema deixou de ser só cobertura e passou a ser qualidade, estabilidade e preço das conexões. Resta, por fim, a escala regional. Harmonização regulatória, infraestrutura compartilhada, integração dos mercados digitais, pesquisa colaborativa e coordenação em fóruns como a ICANN e a UIT ampliariam o poder de negociação da região, assim como as alianças Sul-Sul de que o cabo submarino SAIL, entre Brasil e Camarões, é um exemplo.

Figura 7. Qualidade do acesso à internet no Brasil: acesso nominal e conectividade significativa



Fonte: elaboração própria com base em Cetic.br/TIC Domicílios e ENAP (2023).

5. Reflexões finais

Os desequilíbrios informacionais são uma das faces contemporâneas dos processos históricos de integração assimétrica que marcam a inserção da América Latina no sistema mundial. Como se buscou demonstrar, a captação de dados, a concentração da propriedade da infraestrutura crítica, as desigualdades de acesso e as assimetrias na governança tecnológica repetem, e por vezes agravam, padrões antigos. Há, contudo, múltiplas formas de engajamento e propostas alternativas apontando caminhos para uma transformação digital mais autônoma, inclusiva e participativa.

Uma agenda latino-americana de integração digital equilibrada deve partir da compreensão de que a tecnologia nunca é neutra: incorpora valores, interesses e relações de poder. Buscar equilíbrio digital não significa rejeitar as tecnologias desenvolvidas em economias avançadas, mas avaliá-las criticamente, adaptá-las quando fizer sentido e, principalmente, construir capacidades locais para criar alternativas próprias. Soluções apenas técnicas ou regulatórias são insuficientes; a agenda precisa enfrentar ao mesmo tempo as dimensões econômica, política, epistêmica e cultural da integração digital.

Os países latino-americanos encontram-se em uma encruzilhada. A digitalização acelerada pela pandemia de COVID-19 aprofundou a interdependência tecnológica, mas também despertou maior consciência sobre a importância estratégica da autonomia digital. Uma transformação digital equilibrada não vai emergir espontaneamente das dinâmicas de mercado: será resultado de ação coletiva deliberada, de compromisso político sustentado e de alianças que atravessem fronteiras. As experiências históricas de autonomia tecnológica na região, com todos os seus limites, ensinam algo nos dois sentidos: mostram a força dos interesses contrários e a necessidade de bases mais sólidas para as iniciativas futuras. O direito dos países latino-americanos de construir ecossistemas digitais à sua própria medida

é, no fundo, parte da velha questão da autonomia econômica e cultural, agora posta nos termos do século XXI.

Referências

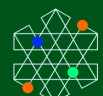
- Arrighi, G. (1990). *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Contraponto.
- CEPAL. (2020). *Digital Agenda for Latin America and the Caribbean (eLAC2022)*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. <https://www.cepal.org/en/digital-agenda-latin-america-and-caribbean-elac2024/digital-agenda-2024>
- CEPAL. (2023). *Indicadores do Observatório de Desenvolvimento Digital*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. <https://desarrollodigital.cepal.org/es/indicadores>
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Filomeno, F. A. (2012). *The social basis of intellectual property regimes: Biotechnology in South American soybean agriculture*. University of Maryland.
- Fu, X., Pietrobelli, C., & Soete, L. (2011). The role of foreign technology and indigenous innovation in the emerging economies: Technological change and catching-up. *World Development*, 39(7), 1204–1212.
- Haro Sly, M. J. (2024). 5G kick-off in India and Brazil: InterState competition, national systems of innovation, and catch-up implications for the Global South. *Seoul Journal of Economics*, 36(1).
- Mazzucato, M. (2012). *The entrepreneurial state: Debunking public vs. private sector myths*. Anthem Press.
- O'Reilly, K., & Verdin, R. (2024). *Varieties of Digital Ecosystems (VoDE): Understanding the differential rates and forms of digital transformation across countries*.
- Prebisch, R., & Cañas, G. M. (1949). El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *El Trimestre Económico*, 16(63), 347–431.
- Sábato, J., & Botana, N. (1970). *La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina*. Instituto de Estudios Peruanos.
- Silveira, S. A. (2020). Sistemas algorítmicos, subordinação e colonialismo de dados. In J. Sabariego, A. J. Amaral, & E. B. C. Salles (Eds.), *Algoritmos* (pp. 158–170). Tirant lo Blanch Brasil.
- UNCTAD. (2019). *Digital Economy Report 2019: Value creation and capture — Implications for developing countries*. United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/publication/digital-economy-report-2019>
- UNCTAD. (2021). *Digital Economy Report 2021: Cross-border data flows and development — For whom the data flow*. United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/page/digital-economy-report-2021>
- UNCTAD. (2024). *Digital Economy Report 2024: Shaping an environmentally sustainable and inclusive digital future*. United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/publication/digital-economy-report-2024>
- Vernengo, M. (2006). Technology, finance, and dependency: Latin American radical political economy in retrospect. *Review of Radical Political Economics*, 38(4), 551–568.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. Profile Books.

Este volumen de la *Revista Debates sobre Innovación* surge a partir de la *VI Conferencia Internacional de la Red Latinoamericana para el estudio de los Sistemas de Aprendizaje, la Innovación y el Desarrollo de Competencia (LALICS)*. En 2025 la Red se reunió en Río de Janeiro, entre el 8 y el 10 de septiembre, bajo el lema: “Innovación para el Desarrollo en América Latina: Sostenibilidad Ambiental, Económica y Social en la Democracia”. En el encuentro se realizaron dos eventos: 1) la Academia de Doctorado y 2) el Seminario de Investigación. Los asistentes, estudiantes de doctorado e investigadores de América Latina y el Caribe, debatieron sobre temas enfocados a: la sostenibilidad y los recursos naturales, digitalización e inteligencia artificial, desarrollo y sus implicaciones en la región, agroindustrias, género, innovación empresarial, salud, políticas industrial y científica, tecnología e innovación, redes, territorios y conocimiento, digitalización, relaciones academia-universidad, y trayectorias nacionales y sectoriales. intenso El diálogo, recorrido en dos volúmenes, se comparte en los números de esta edición de *Debates sobre Innovación*.

Puede consultar los
números de la Revista
en el enlace siguiente:



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA



DMEGI



2594 0930